

República  
Federativa  
do Brasil



# Orçamento Cidadão

Lei Orçamentária Anual 2025

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# Orçamento Cidadão

Lei Orçamentária Anual 2025

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Ficha técnica

## Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

## Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO\*

### Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

### Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

### Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

### Secretaria Nacional de Planejamento

Virginia de Ângelis Oliveira de Paula

### Secretaria Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

### Secretário Adjunto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

### Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

### Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

### Diretor de Programa

Victor Reis de Abreu Cavalcanti

### Subsecretário de Programas de Infraestrutura

Zarak de Oliveira Ferreira

### Subsecretária de Programas Sociais

Augusta Aiko Umeda Kuhn

### Subsecretária de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Michelle Feversani Prolo

### Subsecretário de Gestão Orçamentária

Gláucio Rafael da Rocha Charão

## Subsecretário de Assuntos Fiscais

Fábio Pifano Pontes

## Subsecretaria de Pessoal e Sentenças

Mychelle Celeste Rabelo de Sá

## Subsecretário de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional

Felipe Cesar Araújo da Silva

## Subsecretaria de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

## Coordenadora-Geral de Avaliação e Temas Transversais

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

## Coordenador de Avaliação e Acompanhamento Orçamentário

Marcelo Augusto Prudente Lima

## Coordenadora-Geral de Revisão de Gastos e Investimentos Plurianuais

Denise Hermínio Gontijo

## Equipe Técnica

Beatriz Leão Yamada

## Colaboração

Secretaria Executiva – MPO

Subsecretarias da SOF

Secretaria de Política Econômica – SPE/MF

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas

Estatais – SEST/MGI

Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Assessoria de Comunicação – ASCOM/MPO

Assessoria de Participação Social e Diversidade – MPO

## Design

### Projeto gráfico, diagramação e arte

André Nóbrega (MF/SPE)

Viviane Barros (MPO/SE)

### Assistente de Design (MPO/SE)

Ivan Sasha

### Estagiários de Design (MPO/SE)

Micer Santos

Douglas Saymom

## Assessoria Especial de Comunicação Social

Telefone: (61) 2020-4217/5384

E-mail: imprensa.mpo@planejamento.gov.br

## Informações

E-mail: setra.sof@planejamento.gov.br

Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcam...ntos-anuais/2025/loa/lei-orcamentaria-anual-loa-2025>

Última alteração: 25 de junho de 2025

É permitida a reprodução total ou parcial,

desde que citada a fonte.

## Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

## Siga nossas redes sociais



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

\*Estrutura vigente em 25 de maio de 2025

## Ministério do Planejamento e Orçamento

Secretaria de Orçamento Federal (SOF)

SEPN 516, Bloco "D", Lote 08

70770-724 – Brasília/DF

Telefone: +55 61 2020-2000

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Orçamento cidadão : Lei Orçamentária Anual 2025 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal. -- Brasília : Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2025.

37 p. : il.

1. Orçamento público - Brasil - 2025. 2. Orçamento participativo. 3. Receita pública. 4. Despesa pública. 5. Investimento público. 6. Transparência orçamentária. 7. Gestão pública. I. Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento.

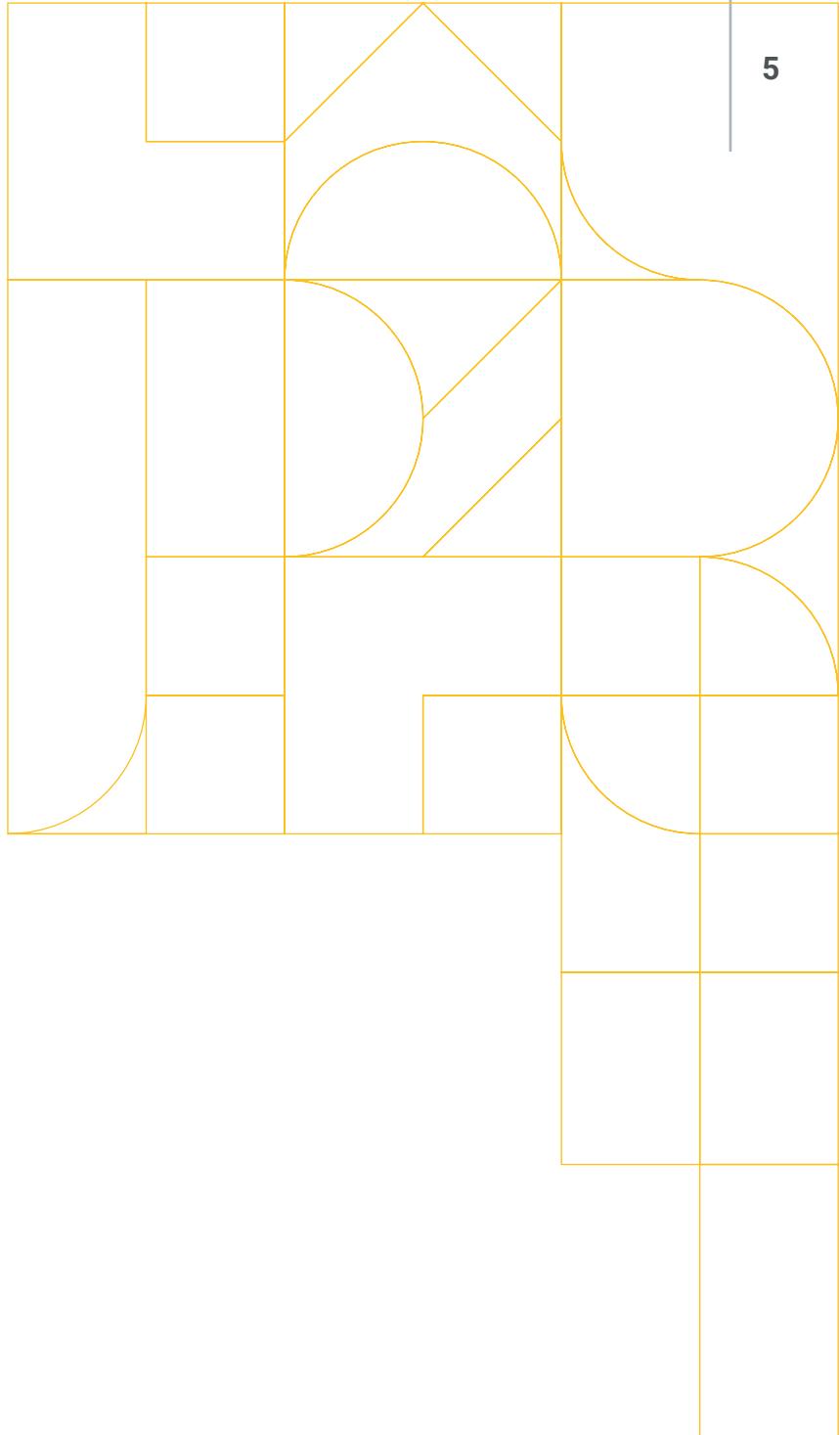
CDU - 336.14:354"2025"

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Brasília - DF

# Sumário

<b>1.</b>	<b>Como funciona o processo orçamentário</b>	<b>8</b>
a.	Elaboração	9
b.	Aprovação	10
c.	Execução	11
d.	Controle	12
<b>2.</b>	<b>Receitas</b>	<b>13</b>
<b>3.</b>	<b>Despesas</b>	<b>15</b>
a.	Tipos despesas primárias	16
<b>4.</b>	<b>Regime Fiscal Sustentável</b>	<b>17</b>
<b>5.</b>	<b>Orçamento por Esfera</b>	<b>18</b>
<b>6.</b>	<b>Orçamento por Poder</b>	<b>19</b>
<b>7.</b>	<b>Orçamento por Órgãos</b>	<b>20</b>
<b>8.</b>	<b>Prioridades</b>	<b>21</b>
<b>9.</b>	<b>Agendas Transversais e Multissetoriais</b>	<b>30</b>



# Apresentação

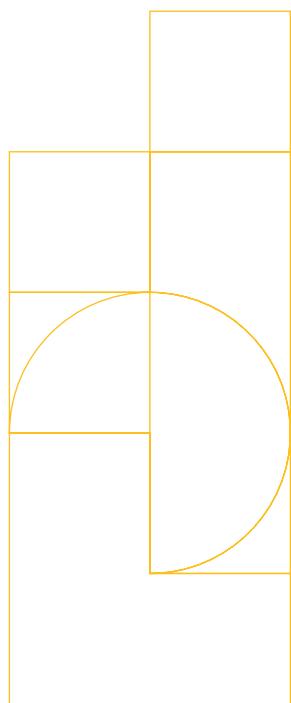
O Orçamento Cidadão apresenta à sociedade os documentos integrantes do processo orçamentário anual de maneira descomplicada.

Desde 2010, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento – SOF/MPO publica o Orçamento Cidadão relativo à proposta de orçamento enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional: o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

A partir de 2023, a SOF passou a publicar ainda o Orçamento Cidadão relativo ao Orçamento aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Presidente da República: a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Consideramos a transparência orçamentária um valor e, por isso, trabalhamos a cada ano em inovações que permitem às cidadãs e aos cidadãos de todo o país melhor compreender e acompanhar como os recursos arrecadados pelo Estado estão sendo aplicados. Convido todas as pessoas a conhecerem e divulgarem o Orçamento Cidadão!

**Clayton Montes**  
**Secretário de Orçamento Federal**





## Conheça mais!

### O que é Orçamento Público?

Instrumento pelo qual o governo estima as receitas que serão arrecadadas ao longo do ano seguinte e, com base nelas, autoriza um montante de recursos a ser gasto na oferta de bens e serviços à sociedade. Ao apresentar receitas e despesas de forma organizada, o orçamento público torna-se um importante instrumento de controle social das ações governamentais.

### O que é Transparéncia Orçamentária?

Conjunto de iniciativas e práticas que têm como principal objetivo tornar disponíveis, de maneira oportuna, clara, compreensível e sistemática, as informações orçamentárias relevantes a todas as pessoas interessadas em finanças públicas. O Orçamento Cidadão contribui para a preservação e o atendimento dos princípios de publicidade e clareza estabelecidos na Constituição Federal.

#### Quer conhecer mais sobre LDO e LOA?

Visite nossas páginas na internet:

##### Orçamento Público

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento>

##### Orçamento Cidadão

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamento-cidadao/orcamento-cidadao>

##### Painel do Orçamento Federal

[https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40p-qlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40p-qlk04&anonymous=true&sheet=SH06)

## Orçamento em números

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2025

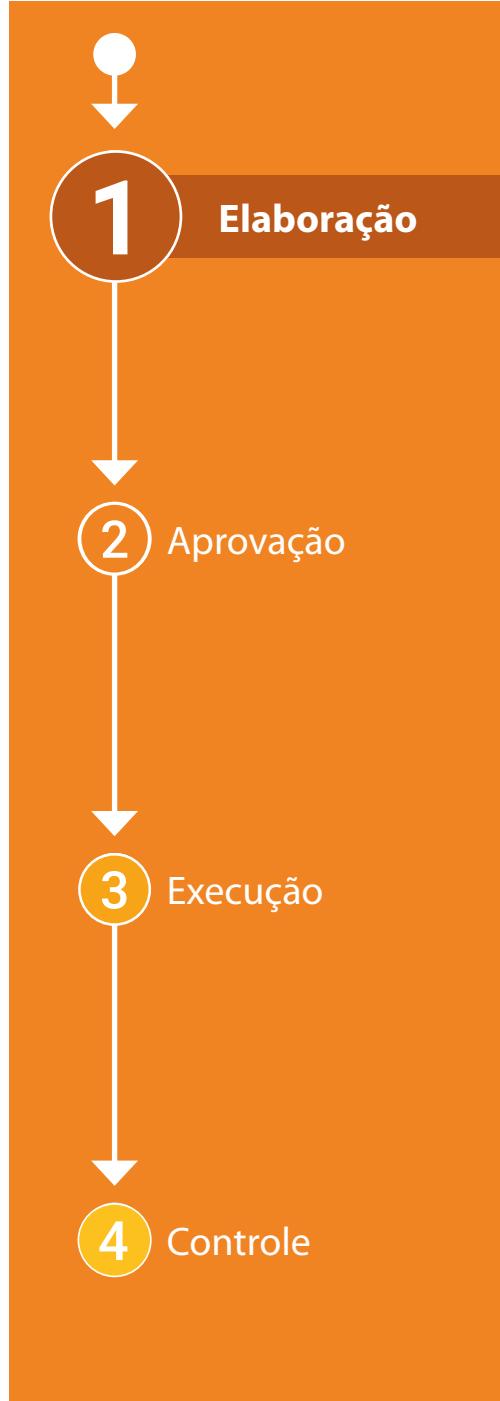
<https://www.gov.br/planejamento/ploa-painel2025>





## Como funciona o processo orçamentário no Governo Federal?





- A cada ano, o Poder Executivo elabora o PLOA para o ano seguinte, levando em consideração as orientações dadas por outros dois instrumentos: o **Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**.
- O processo de elaboração do PLOA é coordenado pela SOF e se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- O PLOA é enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano.

O que é  
**PPA?**



Plano que define, de forma regionalizada, **diretrizes, objetivos** e **metas** para um período de quatro anos a partir do segundo ano de governo de cada Presidente da República. O PPA atual tem vigência de 2024 a 2027.

O que é  
**LDO?**



Lei que define **metas** e **prioridades** para a administração pública federal, estabelece diretrizes de política fiscal e respectivas metas e orienta a elaboração da LOA. A LDO também trata das alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

2

## Aprovação

3

## Execução

4

## Controle

- O Congresso Nacional examina o PLOA no âmbito da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**.
- O PLOA vai ao **plenário** para apreciação de **todos** os parlamentares, que podem propor **emendas** ao projeto.
- O Congresso Nacional aprova o PLOA e o devolve ao Poder Executivo para ser **sancionado** pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, transformando-se na Lei Orçamentária Anual – LOA.

### A Sanção do Presidente da República ao PLOA

O PLOA 2025 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de março de 2025 e encaminhado para sanção no dia 26 de março de 2025. O Presidente da República tem 15 dias úteis, a partir do recebimento do PLOA aprovado pelo Congresso Nacional, para manifestar sua concordância total ou parcial com o projeto. Caso não se manifeste nesse prazo, considera-se que há concordância total com o PLOA aprovado pelo Poder Legislativo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as discordâncias se justificam quando o Poder Executivo considera que as alterações promovidas pelo Congresso Nacional ao PLOA são inconstitucionais ou contrariam o interesse público. Nesses dois casos, o Presidente da República deve enviar uma mensagem ao Presidente do Senado Federal com as "razões de voto".

 A Mensagem nº 378, de 10 de abril de 2025, mostra que foram vetadas, por contrariedade ao interesse público: a) a inclusão, entre as despesas primárias discricionárias do Ministério dos Transportes, de duas programações orçamentárias com localizações específicas, contrariando a legislação vigente; e b) o excesso de despesas financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, que, após as alterações promovidas pelo Congresso Nacional no PLOA, superavam o limite de 50% (cinquenta por cento) do total global do Fundo estabelecido na legislação.

A partir do recebimento da mensagem, o Congresso Nacional tem trinta dias para apreciar os vetos presidenciais, os quais só podem ser rejeitados pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Federais e Senadores da República. No PLOA 2025, a votação no Congresso Nacional aconteceu apenas no dia 17 de junho de 2025. A decisão dos parlamentares foi pela manutenção dos vetos presidenciais aprovados.

### O que são Emendas Parlamentares ao PLOA?



As emendas parlamentares são as alterações que Deputados Federais e Senadores da República fazem no PLOA. A emenda pode modificar a previsão de receita, a destinação ou valor do gasto.

### Entenda a Execução das emendas parlamentares



A execução das emendas parlamentares, classificadas pelo Resultado Primário (RP) 6 – Emendas Individuais, 7 – Emendas de Bancada Estadual e 8 – Emendas de Comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da comissão mista permanente do Congresso Nacional, pode ser acompanhada no [Painel do Orçamento Federal](#).

# 3

## Execução

# 4

## Controle

- Publicada a LOA, os órgãos federais estão aptos a utilizar os recursos para arcar com os bens e serviços a serem entregues à sociedade, isto é, começam a executar as **despesas previstas** no Orçamento Público
- Ao longo da execução do orçamento, receitas e despesas são revistas de dois em dois meses, gerando Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias
- Caso haja arrecadação menor que a esperada, por exemplo, as despesas devem ser ajustadas por meio do chamado **contingenciamento**.
- Além disso, caso sejam necessários mais recursos, respeitando a meta fiscal, a LOA pode ser alterada por meio da aprovação de créditos **adicionais**.

### Tipos de créditos adicionais para o Orçamento Público

#### Créditos Suplementares

Aumentam os valores aprovados na LOA para determinada despesa, quando tais valores são considerados insuficientes.

#### Créditos Especiais

Incluem na LOA despesas que não haviam sido especificamente previstas.

#### Créditos Extraordinários

Atendem a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Por exemplo, diante da situação de calamidade no Rio Grande do Sul, decorrente de chuvas intensas, a LOA 2024 foi alterada para atender as necessidades urgentes e inesperadas de socorro à população.



# 4

## Controle

- O controle sobre a execução da LOA é feito, internamente ao Poder Executivo, pela **Controladoria-Geral da União (CGU)**, e, externamente, pelo Congresso Nacional com auxílio do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.
- De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República precisa prestar ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- A CGU coordena a elaboração da **Prestação de Contas do Presidente da República**. O TCU, em seguida, deve apreciá-la, emitindo um parecer prévio. Por fim, cabe ao Congresso Nacional, titular do controle externo, julgar as contas do Presidente.

# Receitas

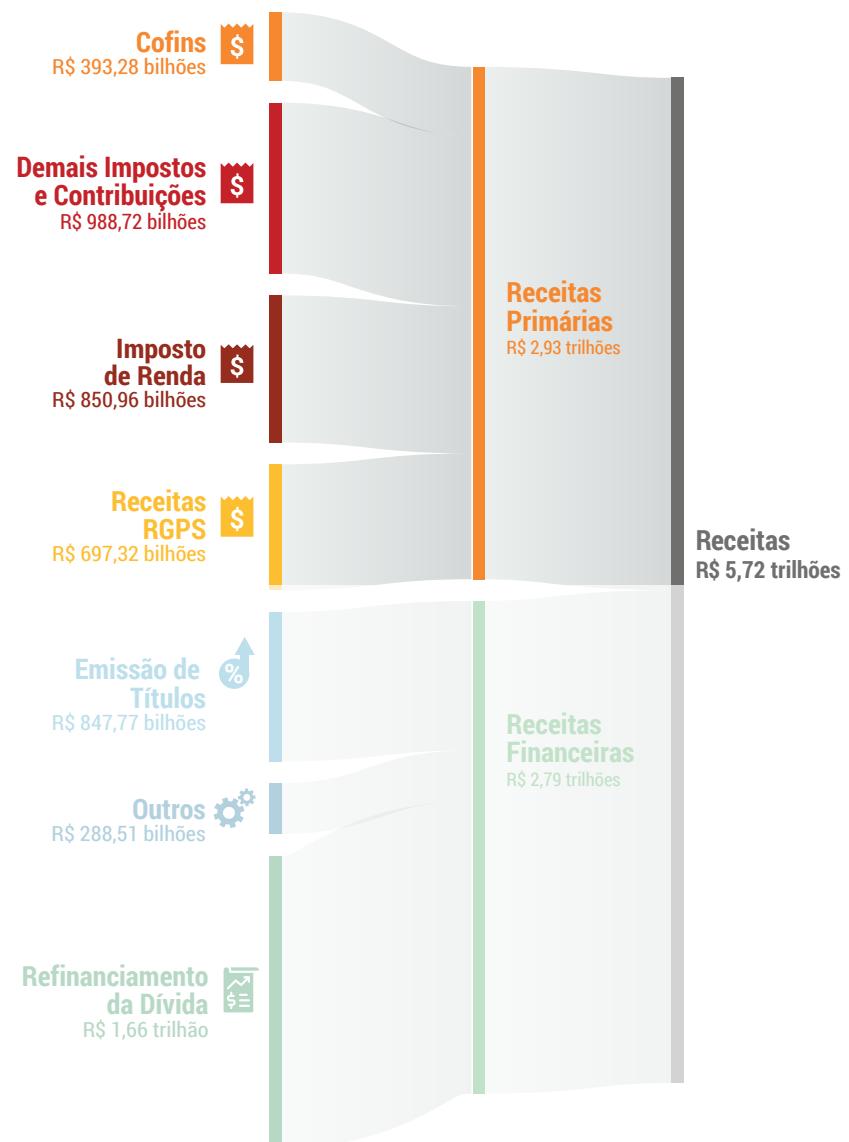
As receitas do Governo Federal podem ser classificadas em **primárias e financeiras**

## O que é Receita Primária?

É aquela decorrente da atividade de arrecadação fiscal ou gerada a partir do patrimônio do Governo Federal. Exemplos: impostos, como o Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ; contribuições sociais, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; contribuição dos segurados para o Regime Geral da Previdência Social, as chamadas receitas do RGPS; e aluguéis de imóveis públicos federais.

Na LOA de 2025, a previsão é que o Governo Federal arrecade R\$ 2,93 trilhões de receitas primárias. Desse valor, 29,04% são provenientes do Imposto de Renda; 23,80% são de receitas do RGPS; 13,42% são oriundos da Cofins; e 33,74% das demais receitas primárias.

Figura 1  
Distribuição receita primária e financeira



# Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser classificadas em **primárias e financeiras**

## O que é Receita Financeira?

É aquela decorrente da realização de empréstimos ou de aplicações financeiras pelo Governo Federal. Exemplos:

empréstimos tomados para pagar dívidas novas ou antigas. Neste último caso, fala-se no refinanciamento (rolagem da dívida); e

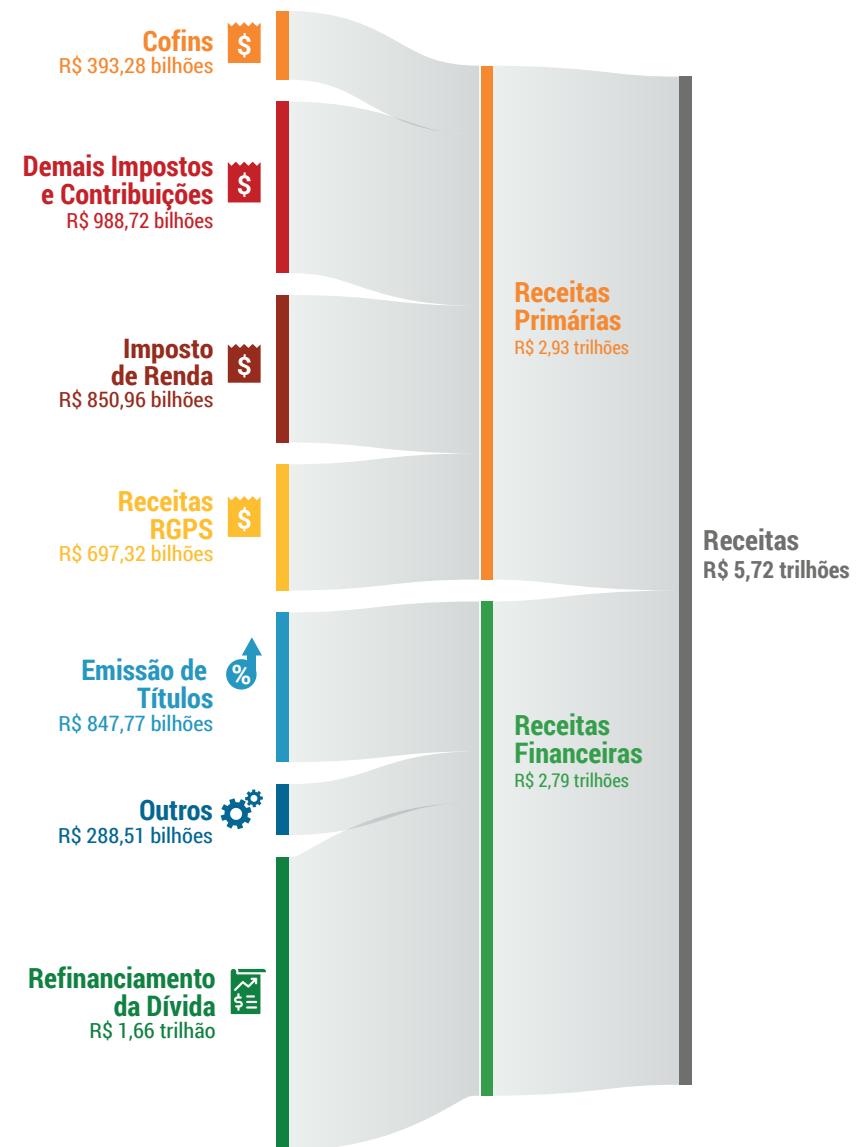
recebimento de juros de recursos públicos aplicados ou da quitação de dívidas por pessoas físicas ou jurídicas.

Na LOA de 2025, a previsão é que o Governo Federal arrecade R\$ 2,79 trilhões de receitas financeiras. Desse valor, 59,30% correspondem ao refinanciamento da dívida; 30,36% à emissão de títulos; e 10,33% às demais receitas financeiras.

## O que é Rolagem da Dívida?

É a substituição de títulos antigos da dívida por títulos novos, isto é, a contração de um novo empréstimo para pagar uma dívida antiga.

Figura 2  
Distribuição receita primária e financeira



## Despesas

As despesas também podem ser classificadas em primárias e financeiras

### O que é Despesa Primária?

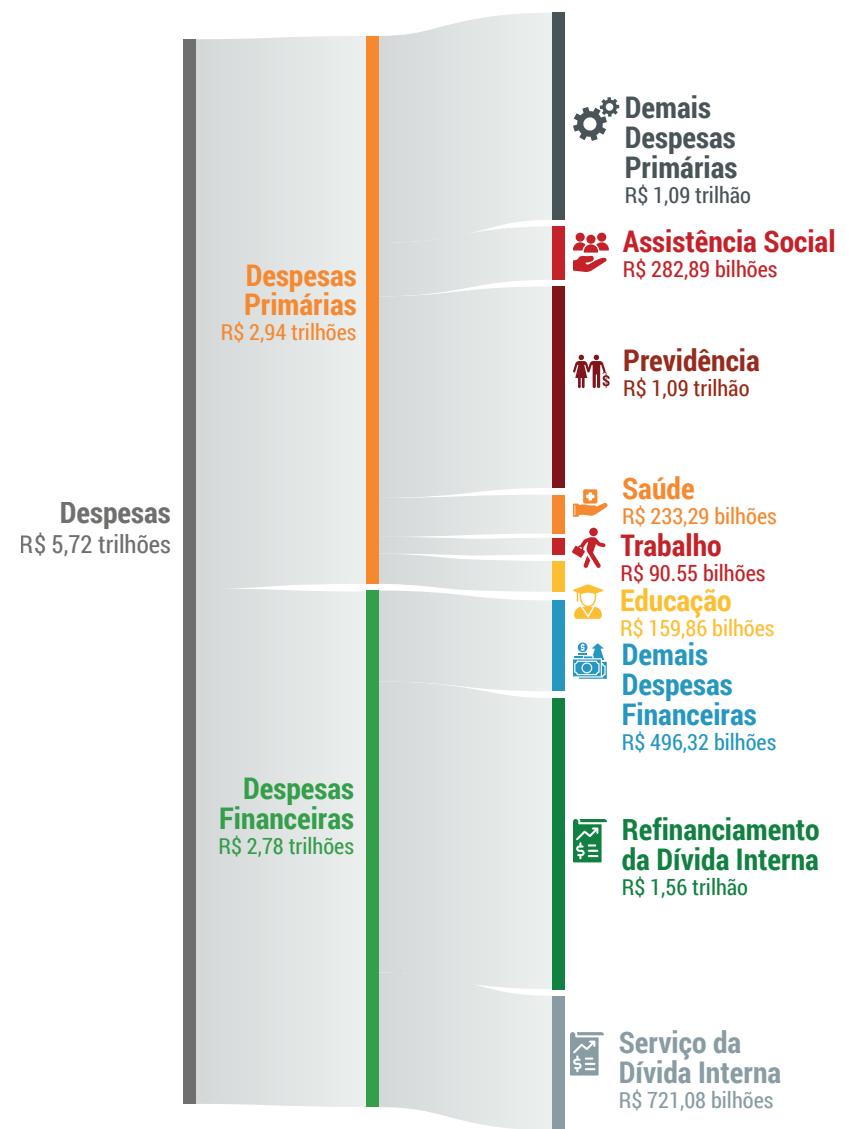
São as despesas destinadas à oferta de bens e serviços públicos para a população, a exemplo dos gastos com o pagamento das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada – BPC a pessoas deficientes ou idosas, o funcionamento de hospitais e escolas públicas, etc. Na LOA 2025, as despesas primárias somam R\$ 2,94 trilhões.

### O que é Despesa Financeira?

São os gastos destinados ao pagamento de dívidas contraídas pelo Governo Federal e à concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas. As despesas financeiras não alteram o endividamento do setor público porque, quando são executadas, geram direitos ou extinguem obrigações.

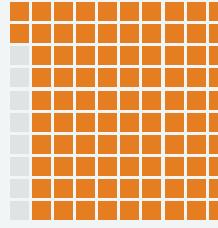
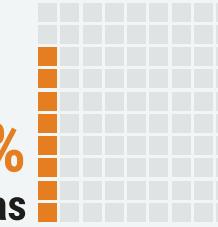
Na LOA 2025, as despesas financeiras representam 48,6% do total das despesas do Orçamento União perfazendo R\$ 2,78 trilhões do total das despesas do Orçamento União.

Figura 3  
Distribuição de despesas primária e financeira por função



## Tipos de despesas primárias

As despesas primárias, que na LOA 2025 representam 51,4% do total das despesas da União, podem ser classificadas em obrigatorias e discricionárias

Obrigatórias	<b>92%</b> <b>Obrigatórias</b>  <p>Na LOA 2025, as despesas primárias obrigatorias representam <b>92%</b> das despesas primárias</p>	<p>Gastos determinados pela Constituição Federal, pelas leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou pelos contratos firmados pelo Governo Federal. Alguns dos principais conjuntos de despesas obrigatorias na LOA 2025 são:</p>	<b>Gastos com Pessoal</b> <b>R\$ 414,80 bilhões</b>	Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos, bem como benefícios sociais concedidos a eles
		<b>Benefícios da Previdência Social</b> <b>R\$ 1,02 trilhão</b>		Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios pela Previdência Social
		<b>Transferências Constitucionais</b> <b>R\$ 555,63 bilhões</b>		Valores que o Governo Federal repassa a estados e municípios e ao Distrito Federal, obrigatoriamente, de acordo com a Constituição Federal
Discricionárias	<b>8%</b> <b>Discricionárias</b>  <p>Na LOA 2025, as despesas primárias discricionárias representam <b>8%</b> das despesas primárias</p>	<p>Gastos que o Governo Federal pode decidir quando e quanto fazer, sem obrigatoriedade estabelecida em lei ou na Constituição Federal.</p>	No processo de elaboração do orçamento, as prioridades governamentais direcionam a alocação das despesas discricionárias após análise minuciosa. Alguns exemplos são os investimentos em infraestrutura, em pesquisas científicas e em programas sociais.	

## Regime Fiscal Sustentável



A LOA 2025 considerou o novo Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200/2023). Esse regime substitui o chamado Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e tem dois principais objetivos: assegurar o equilíbrio das contas públicas e promover as condições necessárias para o crescimento socioeconômico do País.

A base do Regime Fiscal Sustentável é garantir uma trajetória consistente para o resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas do governo, sem contar as receitas financeiras e os gastos com a dívida pública. Se as receitas superam as despesas, temos um superávit primário; se as despesas superam as receitas, temos um déficit primário.

Segundo o Regime Fiscal Sustentável, as metas para o resultado primário podem variar em até 0,25% do Produto Interno Bruto - PIB para mais ou para menos durante a execução do orçamento. Além disso, as despesas podem crescer de 0,6% a 2,5% acima da inflação, permitindo ajustes no orçamento conforme as mudanças socioeconômicas.

Outra novidade do Regime Fiscal Sustentável é garantir um gasto mínimo com investimentos públicos. Todo ano, o PLOA e sua respectiva Lei deverão atender ao Piso de Investimentos que, conforme estabelecido na LC nº 200/2023, não será inferior ao montante correspondente à 0,6 % do PIB estimado no respectivo PLOA. O Regime Fiscal Sustentável também prevê aumento dos recursos para investimentos se o superávit primário for maior que 0,25% da meta, ou seja, se o crescimento da economia for maior do que o esperado. Para a LOA 2025, o valor do Piso de Investimentos é de R\$ 74,3 bilhões, dos quais 73,1% estão destinados ao novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

## Orçamento por Esfera

A Constituição Federal de 1988 organiza o Orçamento da União em três esferas, reproduzidas na LOA:

### Orçamento Fiscal

**R\$ 3,92 trilhões**

O Orçamento Fiscal compreende as receitas arrecadadas e os recursos alocados aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excluindo-se as dotações destinadas à seguridade social e as relativas aos investimentos das empresas estatais não dependentes.

### Orçamento da Seguridade Social

**R\$ 1,8 trilhão**

O Orçamento da Seguridade Social abrange as receitas destinadas por lei, as contribuições sociais instituídas para financiamento da seguridade social, as receitas de todos órgãos, entidades, fundos e fundações vinculados à seguridade social ou caracterizadas como originárias de serviço de saúde, bem como os recursos alocados às ações de saúde, previdência e assistência social das entidades e órgãos da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

### Orçamento de Investimento das Estatais

**R\$ 166,56 bilhões**

O Orçamento de Investimento de Empresa Estatal compreende parte das receitas próprias da empresa e recursos alocados pela União para investimentos das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto e que não necessitam de recursos fiscais para manter ou ampliar suas atividades. É o caso de Petrobras, Caixa Econômica Federal, entre outras.

## Orçamento por Poder

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estabelecem um montante de recursos para cada Poder:  
**Executivo, Legislativo e Judiciário**



**R\$ 5,62 trilhões**

Executivo



**R\$ 17,97 bilhões**

Legislativo



**R\$ 78,26 bilhões**

Judiciário

# Orçamento por Órgãos

É possível verificar a distribuição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão da Administração Pública Federal

	<b>R\$ 1,04 trilhão</b> Ministério da Previdência Social		<b>R\$ 288,37 bilhões</b> Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome		<b>R\$ 246,55 bilhões</b> Ministério da Saúde		<b>R\$ 197,75 bilhões</b> Ministério da Educação		<b>R\$ 133,32 bilhões</b> Ministério da Defesa		<b>R\$ 122,72 bilhões</b> Ministério do Trabalho e Emprego		<b>R\$ 29,28 bilhões</b> Ministério dos Transportes
	<b>R\$ 27,24 bilhões</b> Ministério da Fazenda		<b>R\$ 22,87 bilhões</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública		<b>R\$ 18,89 bilhões</b> Ministério das Cidades		<b>R\$ 13,72 bilhões</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		<b>R\$ 12,98 bilhões</b> Ministério da Agricultura e Pecuária		<b>R\$ 9,56 bilhões</b> Ministério de Minas e Energia		<b>R\$ 6,24 bilhões</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
	<b>R\$ 10,13 bilhões</b> Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional		<b>R\$ 5,04 bilhões</b> Ministério das Relações Exteriores		<b>R\$ 4,57 bilhões</b> Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos		<b>R\$ 4,64 bilhões</b> Advocacia-Geral da União		<b>R\$ 4,47 bilhões</b> Presidência da República		<b>R\$ 4,5 bilhões</b> Ministério de Portos e Aeroportos		<b>R\$ 4,23 bilhões</b> Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
	<b>R\$ 4,25 bilhões</b> Ministério da Cultura		<b>R\$ 3,69 bilhões</b> Ministério do Planejamento e Orçamento		<b>R\$ 3,09 bilhões</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços		<b>R\$ 2,13 bilhões</b> Ministério das Comunicações		<b>R\$ 1,42 bilhão</b> Controladoria-Geral da União		<b>R\$ 1,29 bilhão</b> Ministério dos Povos Indígenas		<b>R\$ 3,17 bilhões</b> Ministério do Turismo
	<b>R\$ 3,2 bilhões</b> Ministério do Esporte		<b>R\$ 571,09 milhões</b> Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania		<b>R\$ 273,27 milhões</b> Ministério da Pesca e Aquicultura		<b>R\$ 370,54 milhões</b> Ministério das Mulheres		<b>R\$ 217,9 milhões</b> Ministério da Igualdade Racial		<b>R\$ 270,49 milhões</b> Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte		<b>R\$ 16,29 milhões</b> Gabinete da Vice-Presidência da República

# Prioridades



## Quais são as prioridades para a LOA de 2025?

Segundo a Constituição Federal, a LDO deve trazer as metas e prioridades da administração pública federal. As metas e as prioridades do Orçamento Federal de 2025 constam da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (Lei nº 15.080/2024).

Para 2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025 estabelece que a LOA indicará a seleção de metas do Plano Plurianual 2024-2027 e de despesas que serão acompanhadas para atendimento das prioridades referidas no PPA 2024-2027.

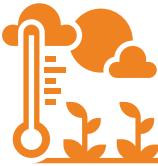
As seis prioridades do PPA 2024-2027, os objetivos específicos selecionados no âmbito dos programas a elas relacionados e os valores correspondentes na LOA 2025 são apresentados a seguir. Destaca-se que o Novo PAC continuará sendo acompanhado em sua integralidade. Assim, o valor apresentado representa o total do programa na LOA 2025.



## Combate à Fome e Redução das Desigualdades

**R\$ 163,9 bilhões**

Objetivos específicos	Valor
<ul style="list-style-type: none"><li>Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.</li></ul>	<b>R\$ 159,54 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional.</li></ul>	<b>R\$ 1,88 bilhão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural.</li></ul>	<b>R\$ 1,46 bilhão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.</li></ul>	<b>R\$ 514,47 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar, como inclusão produtiva, agroecologia, autonomia econômica e de produção, pecuária familiar e outras.</li></ul>	<b>R\$ 244,57 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Consolidar o SISAN assegurando a coordenação intersetorial e federativa das políticas de combate à fome e promoção de Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a participação e o controle social e implementando um sistema de vigilância do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).</li></ul>	<b>R\$ 190,98 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.</li></ul>	<b>R\$ 64,98 milhões</b>



## Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

**R\$ 1,52 bilhão**

Objetivos específicos	Valor
<ul style="list-style-type: none"><li>Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.</li></ul>	<b>R\$ 504,77 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.</li></ul>	<b>R\$ 503,96 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.</li></ul>	<b>R\$ 326,12 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.</li></ul>	<b>R\$ 153,92 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.</li></ul>	<b>R\$ 13,57 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar Gestão de Riscos e Desastres.</li></ul>	<b>R\$ 11,73 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.</li><li>Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.</li></ul>	<b>R\$ 10,14 milhões</b>



## Educação Básica

**R\$ 16,34 bilhões**

Objetivos específicos*	Valor
<ul style="list-style-type: none"><li>Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.</li></ul>	<b>R\$ 11,45 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adultos.</li></ul>	<b>R\$ 2,09 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.</li></ul>	<b>R\$ 1,43 bilhão</b>

\*Alguns objetivos específicos são financiados pela mesma programação orçamentária.  
Nesses casos, eles são apresentados em conjunto em cada célula da tabela.





### Objetivos específicos\*

### Valor

<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa.</li></ul>	R\$ 789,69 milhões
<ul style="list-style-type: none"><li>Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.</li><li>Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adultos.</li></ul>	R\$ 429,23 milhões
<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa.</li><li>Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.</li></ul>	R\$ 154,86 milhões
<ul style="list-style-type: none"><li>Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.</li><li>Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adultos.</li></ul>	R\$ 1 milhão

\*Alguns objetivos específicos são financiados pela mesma programação orçamentária.  
Nesses casos, eles são apresentados em conjunto em cada célula da tabela.



## Saúde: Atenção Primária e Especializada

**R\$ 43,79 bilhões**

Objetivos específicos*	Valor
<ul style="list-style-type: none"><li>Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional.</li></ul>	<b>R\$ 15,39 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer alta complexidade.</li><li>Reducir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.</li></ul>	<b>R\$ 14,19 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Reducir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.</li></ul>	<b>R\$ 10,38 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária.</li></ul>	<b>R\$ 3,81 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer alta complexidade.</li></ul>	<b>R\$ 19 milhões</b>

\*Alguns objetivos específicos são financiados pela mesma programação orçamentária.  
Nesses casos, eles são apresentados em conjunto em cada célula da tabela.



## Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

**R\$ 5,67 bilhões**

\*Alguns objetivos específicos são financiados pela mesma programação orçamentária. Nesses casos, eles são apresentados em conjunto em cada célula da tabela.

Objetivos específicos*	Valor
<ul style="list-style-type: none"><li>Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso à saúde e fortalecer a soberania nacional.</li></ul>	<b>R\$ 3,17 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliação dos investimentos em P&amp;D.</li></ul>	<b>R\$ 2,03 bilhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Promover a qualificação social e profissional.</li></ul>	<b>R\$ 298,48 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais.</li></ul>	<b>R\$ 71,12 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país.</li></ul>	<b>R\$ 47,75 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações da inspeção do trabalho.</li><li>Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade.</li></ul>	<b>R\$ 31,6 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.</li></ul>	<b>R\$ 9,86 milhões</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade.</li></ul>	<b>R\$ 8,37 milhões</b>



## Novo Programa de Aceleração do Crescimento

### Novo PAC

R\$ 57 bilhões

O Novo PAC é um programa de investimentos que tem por objetivo acelerar o crescimento econômico do País, promovendo a inclusão social, a geração de emprego e renda e reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

O programa é uma parceria do Governo Federal com setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Para o ano de 2025, R\$ 57 bilhões são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade e R\$ 72,2 bilhões são financiados pelo Orçamento de Investimentos de Empresas Estatais.

O programa está organizado em Medidas Institucionais e nove Eixos de Investimento. As Medidas Institucionais são um conjunto articulado de atos normativos de gestão e de planejamento. Os Eixos de Investimento são as grandes áreas de obras e serviços destinados à população.

Alguns dos investimentos previstos nos eixos e subeixos do Novo PAC no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são:

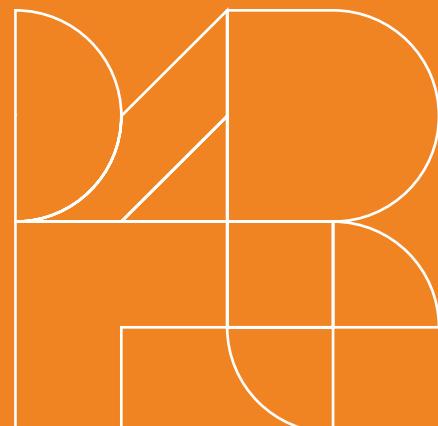
Eixo	Subeixo	Empreendimento Novo PAC	LOA 2025 (em reais)
Transporte eficiente e sustentável	Ferrovias	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334	R\$ 266,03 milhões
	Rodovias	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS	R\$ 74,94 milhões
	Hidrovias	Construção de Terminais Fluviais	R\$ 24,85 milhões
	Aeroportos	Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União	R\$ 66,65 milhões
	Portos	Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Dragagem do Canal Interno	R\$ 37,66 milhões
Infraestrutura social inclusiva	Cultura	Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	R\$ 478,06 milhões
	Esportes	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer	R\$ 1,36 bilhão
	Segurança Pública com Cidadania	Implantação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE	R\$ 71,65 milhões
Cidades sustentáveis e resilientes	Minha Casa Minha Vida	Minha Casa, Minha Vida	R\$ 9,25 bilhões
	Periferia Viva - Urbanização de Favelas	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	R\$ 300,51 milhões
	Mobilidade Urbana Sustentável	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	R\$ 746,75 milhões





Eixo	Subeixo	Empreendimento Novo PAC	LOA 2025 (em reais)
Cidades sustentáveis e resilientes	Gestão de Resíduos Sólidos	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	R\$ 87,17 milhões
	Prevenção a Desastres – Contenção de Encostas e Drenagem	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas	R\$ 137,96 milhões
	Esgotamento Sanitário	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário	R\$ 555,38 milhões
Água para todos	Abastecimento de Água	Apoio à Implantação da Adutora do Agreste	R\$ 24,04 milhões
	Infraestrutura Hídrica	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	R\$ 464,27 milhões
	Água Para Quem Mais Precisa	Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	R\$ 346,85 milhões
Inclusão digital e conectividade	Conectividade nas escolas e nas unidades de saúde	Implementação de Cidades Conectadas	R\$ 15,05 milhões
	Infovias	Implantação de Infraestrutura de Comunicações	R\$ 28 milhões
	TV Digital	Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão	R\$ 48,05 milhões
Inovação para indústria de defesa	Aeronáutica	Aquisição de Aeronaves de Caça	R\$ 1,38 bilhão
	Exército	Implantação do Projeto Forças Blindadas	R\$ 533,86 milhões
	Marinha	Construção de Submarinos	R\$ 980 milhões
Educação, ciência e tecnologia	Educação Básica	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	R\$ 1,33 bilhão
	Educação Profissional e Tecnológica	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	R\$ 806,66 milhões
	Educação Superior	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 561,49 milhões
Saúde	Atenção Primária	Retomada e conclusão de obras - Unidades Básicas de Saúde	R\$ 3,81 bilhões
	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada	R\$ 8,69 bilhões
	Telessaúde	Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	R\$ 98,61 milhões
	Complexo Industrial da Saúde	Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas	R\$ 858,48 milhões

# Agendas Transversais e Multissetoriais



## O que são Agendas Transversais e Multissetoriais?

Um país com as proporções continentais e a diversidade do Brasil e seus 203 milhões de habitantes enfrenta uma série de questões sociais, econômicas e ambientais complexas. Esse é caso das desigualdades de gênero e raça/etnia, das vulnerabilidades sociais em povos indígenas e crianças e adolescentes, e das mudanças climáticas. Muitas vezes, a solução para essas questões depende da atuação integrada de diferentes órgãos da administração pública federal.

Visando ampliar a transparência quanto às despesas programadas pelo Governo Federal para o enfrentamento dos problemas complexos anteriormente mencionados e considerando as cinco Agendas Transversais definidas no PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802/2024), o Poder Executivo Federal apresenta as Agendas Transversais e Multissetoriais como parte das Informações Complementares do PLOA encaminhado ao Congresso Nacional.



## Mulheres

**R\$ 12,30 bilhões**

R\$ 180,71  
milhões      R\$ 12,12 bilhões

Gastos  
exclusivos

Gastos não  
exclusivos

A Agenda Transversal e Multissetorial Mulheres reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam a garantia de direitos às mulheres, o enfrentamento das manifestações das desigualdades de gênero em nossa sociedade, o atendimento das necessidades específicas das mulheres e/ou que têm mulheres como público. Assim, contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as mulheres (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as mulheres e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos).

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	LOA 2025 (em reais)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	R\$ 52,93 milhões
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais	R\$ 35,18 milhões
Ministério das Mulheres	Apoio ao Funcionamento e Execução dos Serviços da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	R\$ 32,10 milhões



## Crianças e Adolescentes

**R\$ 71,26 bilhões**

R\$ 70,11 bilhões      R\$ 1,15 bilhão

Gastos  
exclusivos

Gastos não  
exclusivos

A Agenda Transversal e Multissetorial Crianças e Adolescentes reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam a garantia de direitos, o enfrentamento das vulnerabilidades e o atendimento das necessidades específicas para as crianças e adolescentes. Contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as crianças e os adolescentes (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as crianças e os adolescentes e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos).

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	LOA 2025 (em reais)
Ministério da Educação	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	R\$ 57,00 bilhões
Ministério da Educação	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral	R\$ 1,41 bilhão
Ministério da Educação	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	R\$ 2,05 bilhões
Ministério do Esporte	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social	R\$ 1,01 bilhão



## Igualdade Racial

<b>R\$ 729,6 milhões</b>	
<b>R\$ 54,88 milhões</b>	<b>R\$ 674,72 milhões</b>
Gastos exclusivos	Gastos não exclusivos

A Agenda Transversal e Multissetorial de Igualdade Racial reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam a garantia de direitos e o atendimento das necessidades específicas da população negra, quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos e o enfrentamento ao racismo. Contabiliza os gastos exclusivos que beneficiam somente o público específico e gasto não-exclusivos que incluem outros beneficiários.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	LOA 2025 (em reais)
<b>Ministério das Cidades</b>	Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Ações Estratégicas do Programa Periferia Viva	<b>R\$ 31,75 milhões</b>
<b>Ministério da Igualdade Racial</b>	Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR	<b>R\$ 41,06 milhões</b>
<b>Ministério da Igualdade Racial</b>	Apoio no Funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR	<b>R\$ 13,31 milhões</b>



## Povos Indígenas

<b>R\$ 1,92 bilhão</b>	
<b>R\$ 1,91 bilhão</b>	<b>R\$ 10 milhões</b>
Gastos exclusivos	Gastos não exclusivos

A Agenda Transversal e Multissetorial dos Povos Indígenas reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam a garantia de direitos de indígenas, o enfrentamento de suas vulnerabilidades, o atendimento das necessidades específicas de indígenas e/ou que têm indígenas como público.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	LOA 2025 (em reais)
<b>Ministério da Saúde</b>	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	<b>R\$ 1,29 bilhão</b>
<b>Ministério da Saúde</b>	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	<b>R\$ 170,65 milhões</b>
<b>Ministério dos Povos Indígenas</b>	Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas	<b>R\$ 146,39 milhões</b>



## Ambiental

R\$ 37,77 bilhões

R\$ 34,64 bilhões R\$ 3,13 bilhões

Gastos exclusivos

Gastos não exclusivos

A Agenda Transversal e Multissetorial Ambiental reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam o enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas e/ou que as têm como um de seus objetivos. Sendo assim, contabiliza tanto os gastos voltados à conservação dos recursos naturais; à melhoria da qualidade ambiental (ar, água e solos); ao enfrentamento da emergência climática; e à transição para uma economia de baixo carbono, com processos produtivos sustentáveis e o desenvolvimento da bioeconomia, isoladamente ou combinados a outras finalidades.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	LOA 2025 (em reais)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)	R\$ 1,89 bilhão
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	R\$ 3,81 milhões
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental	R\$ 21,17 milhões
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Ações de Proteção e Defesa Civil	R\$ 515,05 milhões
Operações Oficiais de Crédito	Apoio Financeiro Reembolsável mediante Financiamento e outros Instrumentos Financeiros para Projetos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima	R\$ 21,22 bilhões



## Ação Transversal

R\$ 444,97 bilhões

Gastos não exclusivos

Quando a ação orçamentária beneficia simultaneamente mais de um público e/ou tema das cinco Agendas Transversais e Multissetoriais, ela é categorizada como Ação Transversal. Por definição, o seu tipo de gasto é não-exclusivo.

A ampliação da categoria da Ação Transversal na LOA 2025 reflete o avanço no reconhecimento da interseccionalidade dos problemas complexos de políticas públicas, isto é, na confirmação de que os eixos de desigualdades que estruturam a sociedade brasileira resultam em uma diversidade de vivências, experiências e necessidades de mulheres, crianças e adolescentes, pessoas negras, quilombolas e indígenas que precisa ser considerada na atuação do Estado e expresso no orçamento.

Agenda	Orgão	Ação	LOA 2025 (em reais)
<b>Crianças e Adolescentes, Mulheres</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica	<b>R\$ 51,66 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério da Educação	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	<b>R\$ 1,02 bilhão</b>
<b>Ambiental, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas</b>	Ministério da Educação	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	<b>R\$ 336,65 milhões</b>
<b>Ambiental, Crianças e Adolescentes, Mulheres</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	<b>R\$ 549,65 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério da Saúde	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	<b>R\$ 3,78 bilhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	<b>R\$ 151,12 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério da Cultura	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	<b>R\$ 474,18 milhões</b>





Agenda	Orgão	Ação	LOA 2025 (em reais)
<b>Ambiental, Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima	<b>R\$ 5,56 milhões</b>
<b>Ambiental, Igualdade Racial</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas	<b>R\$ 108,7 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Mulheres</b>	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	<b>R\$ 350,8 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Mulheres</b>	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados	<b>R\$ 26,44 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Mulheres</b>	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	<b>R\$ 158,63 bilhões</b>
<b>Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Advocacia-Geral da União	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	<b>R\$ 561,41 milhões</b>
<b>Ambiental, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Mulheres, Povos Indígenas</b>	Ministério da Igualdade Racial	Fortalecimento de Políticas em prol da Vida e do Bem Viver da Juventude Negra	<b>R\$ 17,51 milhões</b>
<b>Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas</b>	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<b>R\$ 86,9 milhões</b>